

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Avenida José de Sá Maniçoba, s/nº - Bairro Centro
Petrolina-PE, CEP 56304-205
- <https://hu-univasf.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23542.005946/2026-88

1. OBJETIVO

1.1. Este Termo de Referência tem por finalidade :

1.1.1. Fornecer dados e informações mínimas ,necessárias aos interessados do certame licitatório , bem como estabelecer as obrigações e responsabilidade da empresa contratada.

1.1.2. Orientar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e análises físico-química e bacteriológica da água, com fornecimento de laudo técnico , a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco - HU-Univasf , estabelecendo normas gerais e específicas ,métodos de trabalho e padrões de conduta para os os serviços neste Termo, devendo ainda serem considerados como complementares os demais documentos que compõem o processo licitatório.

1.1.3. O objeto deste termo incorre em escolha do menor preço, **por pregão eletrônico**, amparado no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303 de 2016 e no inciso IV do Art.6 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente da licitação é **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta e análises físico-química e bacteriológica da água , com fornecimento de laudo técnico , , sem dedicação exclusiva de mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco HU-Univasf, conforme condições, quantidades e exigências e estimativas ,constate neste Termo de Referência. O mesmo deve comprovar a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017.

2.2. A tabela abaixo apresenta os serviços e quantitativos incluídos no objeto deste Termo de Referência:

Tabela 01- Descrição dos serviços e quantitativos do objeto

GRUPO 01	ÁGUA POTÁVEL*		
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
01	19020	Serviço de coleta e Análise microbiológica da água potável (parâmetros Microbiológicos básicos - Coliformes totais e termotolerantes) com fornecimento de laudo técnico	96
02	19143	Serviço de coleta e Análise Físico-Química da água potável (Condutividade, Resistividade e Silicatos) com fornecimento de laudo técnico	48
03	19143	Serviço de coleta e Análise Física-Químico de água potável (Sedimentos, Silício (SiO ₂), Ferro, Cádmio, Chumbo, Metais pesados, Cloro (CL), Fosfatos (P ₂ Os), Condutividade (a 25°C), pH, Aparência, Dureza Total) com fornecimento de laudo técnico	26

2.3. A quantidade de amostras para as análises físico-químicas e bacteriológicas da água foi definida objetivando abranger toda a área do hospital e seus anexos de forma a criar um processo de monitoramento mensal da potabilidade da água do HU-Univasf. Serão analisadas amostras mensalmente, com rodízio de pontos de coleta nos setores, perfazendo em 12 meses o quantitativo de 170 amostras anuais.

2.4. O objeto da presente licitação possui **natureza de serviço comum**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva no edital, mediante especificações usuais de mercado, nos moldes do **art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016**. A padronização técnica das metodologias de coleta e análise laboratorial assegura que a disputa se dê primordialmente pelo menor preço, garantindo a plena satisfação do interesse da Administração."

2.5. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

2.6. Trata-se de Pregão Eletrônico, em sua forma tradicional, com a estipulação de modelo de execução, se mostra como solução adequada para garantir a contratação dos itens.

2.7. Considerando a natureza dos serviços a serem prestados, entende-se que não é viável o parcelamento do objeto, sendo vantajoso o agrupamento pelos motivos que seguem:

a) Serviço prestado por um único contratado proporciona uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos

serviços e menor gasto de tempo e pessoal envolvido.

b) Padronização dos serviços e um melhor controle por parte da Administração quanto aos aspectos de fiscalização;

c) Ganho de escala tendo em vista que os serviços serão realizados *in loco* e, dessa forma, os custos indiretos e diretos relacionados ao deslocamento e estadia serão diluídos. Caso ocorresse segregação e na hipótese de prestadores distintos para cada serviço, existiria perda de eficiência ao se imbuir tais custos de forma individualizada;

d) Redução de prazo para conclusão de serviços ao se concentrar agenda em único prestador;

e) Mantém-se o estímulo à competitividade tendo em vista que as empresas certificadas para prestação dos serviços objeto são capazes de realizar cada um todos itens, uma vez que os padrões/analísadores são os mesmos e, diferem-se entre si, apenas, pela metodologia do ensaio;

f) Desburocratização da gestão/fiscalização de contrato ao diminuir a quantidade de instrumentos obrigacionais para o mesmo objeto que, de forma planejada, pode ser contratado em uma única vez, reduzindo, sobremaneira, o uso do Recurso Humano da HU Brasil;

2.8. **A contratação contempla a análise de até 170 (cento e setenta) amostras.**

2.9. Levando em conta a forma como o mercado presta o serviço, entendemos que **NÃO** é tecnicamente viável o parcelamento da solução.

2.10. A presente contratação adotará o regime de **empreitada por preço unitário**, com fundamento no **art. 9º, inciso I, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0**. Por tratar-se de contratação por preço certo de unidades determinadas, os quantitativos estipulados no quadro acima configuram-se como uma **estimativa**, sendo a contratada remunerada estritamente pela quantidade de serviços efetivamente executada .

2.11. O objeto é passível de **execução indireta**, com respaldo no **Decreto nº 9.507/2018**, visto que compreende atividades acessórias e instrumentais que não constituem a atividade-fim da HU Brasil.

2.12. O presente objeto tem consumo estimado para **12 (doze) meses**, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite de **5 (cinco) anos (60 meses)** , contados a partir de sua celebração . Tais prorrogações ocorrerão mediante acordo entre as partes , desde que comprovada a vantajosidade para a Administração , conforme estabelecido no art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0. e em observância ao **art. 71 da Lei nº 13.303/2016**.

2.13. **Só serão aceitas propostas com a oferta de entrega com a previsão do quantitativo total de cada item, isto é, 100% (cem por cento) do quantitativo total a ser licitado em cada item.**

Os serviços serão realizados nos endereços abaixo:

LOCAIS	ENDEREÇOS
Hu-Univasf	Av. José de Sá Maniçoba s/nº, Centro - CEP: 56.304-205 - Petrolina - PE
Policlínica	Rua André Vidal de Negreiros s/nº, Maria Auxiliadora - CEP: 56.330-460 - Petrolina - PE

3. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1.1. A qualidade da água compreende um conjunto de características físicas, químicas e biológicas essenciais à segurança do ser humano e dos ecossistemas. No âmbito hospitalar, o controle da qualidade da água para consumo humano é uma atividade contínua e obrigatória, destinada a verificar e assegurar que a água fornecida à população hospitalar permaneça potável, mitigando riscos sanitários.

3.2. **BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.2.1. As análises de potabilidade são imprescindíveis para a plena capacidade operacional do Hospital e da Policlínica, eliminando ou reduzindo o risco de contaminação cruzada e de transmissão de doenças veiculadas pela água, garantindo a segurança de pacientes e trabalhadores.

3.2.2. A contratação atende às normas de higiene ambiental reguladas pelas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, em especial à **Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021** (padrão de potabilidade vigente).

3.2.3. Diante da impossibilidade de execução direta por meios próprios, a contratação de execução indireta fundamenta-se no **Decreto nº 9.507/2018**, visando a continuidade das atividades assistenciais mediante o suporte de laboratório especializado.

3.2.4. **CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE**

3.2.5. Alinhada à missão institucional de oferecer assistência de excelência, ensino e pesquisa, esta contratação integra o planejamento estratégico da HU Brasil para o estrito cumprimento das legislações sanitárias e a manutenção da infraestrutura hospitalar adequada às necessidades da rede.

3.2.6. **CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)**

3.2.7. Nos termos do **Art. 7º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0** , a contratação observará as diretrizes de sustentabilidade ambiental, incluindo:

3.2.7.1. Destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos , com prioridade para a não geração ,redução , reutilização , reciclagem e tratamento;

3.2.7.2. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

3.2.7.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

3.2.7.4. Avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

3.2.7.5. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela HU Brasil;

3.2.7.6. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.2.8. Acrescente-se, a respeito da definição de critérios e práticas de sustentabilidade, a necessária observância da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Decreto nº 7.404/2010, que a regulamenta, da Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e da Instrução Normativa nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, sem prejuízo de outros normativos que se verifique aplicáveis ao caso concreto.

3.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO DESTINAÇÃO DE QUANTITATIVO PARA ME/EPP

3.3.1. Considerando o que estabelece os **incisos II e III do artigo 49 da lei complementar 123/2006, alterada pela LC n.º 147/2014** opta-se pela ampla concorrência. Justifica-se tal medida pela natureza técnica especializada do objeto, que exige infraestrutura laboratorial e certificações específicas. Com base em análises de mercado pretéritas, a reserva de cota para ME/EPP poderia comprometer a competitividade ou a eficiência da contratação, visto que o mercado local desse segmento específico é restrito quanto à capacidade de atender simultaneamente todos os parâmetros rigorosos exigidos pela rede hospitalar.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. Os serviços deverão ser realizados nas áreas internas e externas do HU-Univasf e Policlínica, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência, legislações vigentes e conforme tabela abaixo, onde discrimina os pontos de coleta:

4.1.1.1. Item 01 - **Análise microbiológica** (parâmetros Microbiológicos Básicos - Coliformes totais e termotolerantes)

4.1.1.1.1. **HU-Univasf**

Tabela 02 - Relação dos pontos de coleta e frequência para o serviço de coleta e análises físico-química e bacteriológica da água

Pontos de Coleta	Periodicidade	Nº de Coletas	Nº de Coleta ano
Áreas Hospitalares			
Reservatório inferior	Trimestral	1	4
Reservatório superior	Trimestral	1	4
Bebedouro SAME	Trimestral	1	4
Copa mezanino	Trimestral	1	4
Cozinha	Trimestral	1	4
Laboratório de Análise Clínicas	Trimestral	1	4
CME	Trimestral	1	4
UTI	Trimestral	1	4
Sala de Cuidados Intermediários	Trimestral	1	4
Sala de Emergência	Trimestral	1	4
Clínica Cirúrgica	Trimestral	1	4
Cozinha Hospitalar	Trimestral	1	4
Sala de manipulação de Dietas Enterais	Trimestral	1	4
Áreas Externas Hospitalares			
Guarita entrada de funcionários	Trimestral	1	4
Casa de bomba - esgoto	Trimestral	1	4
Manutenção Predial	Trimestral	1	4

4.1.1.1.2. **Policlínica**

Pontos de Coleta	Periodicidade	Nº de Coletas	Coleta ano
Áreas Hospitalares			
Reservatório superior	Trimestral	1	4
Centro Cirúrgico 2º andar	Trimestral	1	4
Consultório Lado A	Trimestral	1	4
Consultório Lado B	Trimestral	1	4
Laboratório	Trimestral	1	4
Copa central	Trimestral	1	4
Áreas Externas Hospitalares			
Laboratório externo	Trimestral	1	4
Central de oxigênio	Trimestral	1	4

4.1.1.2. Item 02 - **Análise Físico-Química** (Condutividade, Resistividade e Silicatos)

4.1.1.2.1. **HU-Univasf**

Pontos de Coleta	Periodicidade	Nº de Coletas	Nº de Coleta ano
Áreas Hospitalares			
Laboratório de Análises Clínicas	Trimestral	1	4
CME	Trimestral	1	4
UTI	Trimestral	1	4
Sala de Cuidados Intermediários	Trimestral	1	4
Sala de Emergência	Trimestral	1	4
clínica Cirúrgica	Trimestral	1	4
Cozinha Hospitalar	Trimestral	1	4
Sala de manipulação de Dietas Enterais	Trimestral	1	4

4.1.1.2.2. **Policlínica**

Pontos de Coleta	Periodicidade	Nº de Coletas	Nº de Coleta ano
Áreas Hospitalares			
Centro Cirúrgico	Trimestral	1	4
Consultório Lado A	Trimestral	1	4
Consultório Lado B	Trimestral	1	4
Laboratório	Trimestral	1	4

4.1.1.3. Item 03 - **Análise Físico-Química** (Sedimentos, Silício (SiO₂), Ferro, Cádmio, Chumbo, Metais pesados, Cloro (CL), Fosfatos (P₂O₅), Condutividade (a 25°C), pH, Aparência, Dureza Total)

4.1.1.3.1. **HU-Univasf**

Pontos de Coleta	Periodicidade	Nº de Coletas	Nº de Coleta ano
Áreas Hospitalares			

Osmose reversa I	Semestral	1	2
Osmose reversa II	Semestral	1	2
Osmose reversa III	Semestral	1	2
Osmose reversa VI	Semestral	1	2
Sala de Preparo	Semestral	1	2
Laboratório de Análises Clínicas	Semestral	1	2
CME	Semestral	1	2
UTI	Semestral	1	2
Sala de Cuidados Intermediários	Semestral	1	2
Sala de Emergência	Semestral	1	2
Clínica Cirúrgica	Semestral	1	2
Cozinha Hospitalar	Semestral	1	2
Sala de manipulação de Dietas Enterais	Semestral	1	2

4.1.2. O cronograma detalhado, contendo datas e horários das coletas, será definido em comum acordo entre o **Fiscal da Contratante** e a **Contratada**, priorizando as necessidades assistenciais do Hospital e da Policlínica.

4.1.3. Os parâmetros estabelecidos visam atender aos padrões de potabilidade vigentes, conforme os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano estabelecidos pela **Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021** (que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017), bem como às exigências específicas da **RDC nº 15/2012** e do **Manual de Processamento de Roupas em Serviços de Saúde (ANVISA, 2009)**.

4.1.4. As metodologias de coleta, preservação de amostras e análises laboratoriais deverão seguir rigorosamente as orientações do **Manual Prático de Análise da Água da FUNASA (edição vigente)** e os métodos descritos no **Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA/AWWA/WEF)**, em sua última edição, de modo a assegurar o cumprimento dos padrões de potabilidade estabelecidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021**.

4.1.5. A **Contratada** assume integral responsabilidade pela coleta, transporte, preservação das amostras e execução das análises, incluindo todos os custos diretos e indiretos envolvidos.

4.2. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

4.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer Análise da Potabilidade da Água mediante solicitação formal da CONTRATANTE.

4.2.2. O início da prestação dos serviços será formalizado mediante a emissão da **Ordem de Serviço (OS)** ou instrumento equivalente, expedido pela Fiscalização do Contrato após a assinatura do instrumento contratual.

4.2.3. As Solicitações de Análise serão realizadas por ordem de serviço, especificando o local e a data.

4.2.3.1. As demais análises e coletas poderão ser feitas no mesmo dia ou em dias diferentes no Hospital e Policlínica.

4.2.3.2. Os serviços deverão ser executados de forma cuidadosa e apropriada, de modo a prevenir danos materiais, pessoais ou ambientais.

4.2.4. A contratada deverá encaminhar os laudos técnicos das análises de potabilidade, em formato digital (PDF com certificação digital ou assinatura eletrônica), ao **Fiscal do Contrato** e à **Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH)**, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de cada coleta.

4.2.4.1. Em caso de detecção de parâmetros fora dos limites de segurança estabelecidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021** ou pela **RDC nº 15/2012**, a contratada deverá comunicar formalmente e imediatamente (em até 24 horas) ao Fiscal do Contrato, independentemente do prazo final de entrega dos laudos.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

5.2. [Lei Federal nº 6.514](#), de 22 de dezembro de 1977 - Altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;

5.3. [Lei nº 5.764](#), de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

5.4. [Lei nº 8.213](#), de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

5.5. [Lei nº 9.782](#) de 26 de janeiro de 1999 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências;

- 5.6. [Lei 9.784](#) de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- 5.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;
- 5.8. [Lei nº 12.846](#) de 1º de agosto de 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- 5.9. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 5.10. [Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 5.11. [Lei nº 9.605](#), de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- 5.12. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 5.13. [Decreto nº 7.203](#), de 4 de junho de 2010 - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 5.14. [Decreto nº 8.538](#), de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 5.15. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 5.16. [Decreto nº 10.273](#), de 13 de março de 2020 - Altera o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, para adequá-lo ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e estender o tratamento diferenciado para consórcios formados por microempresas e empresas de pequeno porte;
- 5.17. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências;
- 5.18. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 5.19. [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSEH](#) - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- 5.20. [Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSEH](#) - Republicado para atualização da Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSEH - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- 5.21. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#), 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024;
- 5.22. [Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh](#) - RCC 3.0;
- 5.23. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);
- 5.24. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 5.25. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 5.26. [Portaria nº 3.214](#), de 8 de junho de 1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- 5.27. [Lei nº 9.431](#), de 6 de janeiro de 1997 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País;
- 5.28. [Portaria nº 2.914](#), de 12 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- 5.29. [Portaria de Consolidação nº 5](#), de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- 5.30. [Portaria GM/MS nº 888](#), de 4 de maio de 2021 - Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

6. HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. A qualificação dos proponentes será realizada em conformidade com o disposto no art. 65 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0), abrangendo a análise da habilitação jurídica, da regularidade fiscal, trabalhista e da capacidade econômico-financeira.
- 6.2. Para efeito de Qualificação Técnico -Operacional, será exigido do licitante:
- 6.2.1. Apresentação de Licença de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando a execução de análises ambientais e de qualidade da água.
- 6.2.2. Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, da jurisdição da sede do proponente, emitida pelo Conselho Regional de Química (CRQ), Conselho Regional de Farmácia (CRF), Conselho Regional de Biologia (CRBIO) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em nome do licitante e do(s) responsável(is) técnico(s), com linha de serviço compatível com o objeto da licitação - Certidão de Registro;
- 6.2.3. Declaração formal, assinada pelo representante legal, de que a licitante dispõe das instalações, aparelhagem e

pessoal técnico adequados e disponíveis para a execução do objeto;

6.2.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com no mínimo 1 (um) ano de comprovação, devidamente registrado no órgão competente (ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA);

6.2.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.2.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

6.2.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

6.2.8. Apresentar Alvará ou Licença Sanitária vigente, expedido pela Vigilância Sanitária (Municipal ou Estadual), comprovando que o estabelecimento atende às normas de saúde pública para a atividade laboratorial.

6.2.8.1. Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

6.2.8.2. Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção;

7. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços contratados deverão ser prestados, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de ordens de serviços, nos endereços citados no item 2.13.

7.2. Todo e qualquer ônus decorrente da execução dos serviços contratados será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.3. O objeto será recebido:

7.4. Ao final de cada execução contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o encerramento do mês de competência, a CONTRATADA apresentará um Relatório Prévio dos Serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

7.4.1. No relatório deverá constar os itens individualmente e detalhadamente com seu respectivo valor unitário e total.

7.4.2. No relatório a numeração e a nomenclatura dos itens (Dados ou Discriminação dos Serviços) deve obrigatoriamente ser a mesma que consta no Item Objeto do presente documento.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento do Relatório Prévio dos Serviços pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.5.2. O fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017);

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo Gestor do Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a avaliação da conformidade dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado e a autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura mensal.

7.6.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.6.2. O gestor do contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deste Termo de Referência;

7.7. Na hipótese de as verificações a que se referem os subitens anteriores não serem procedidas dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo e a autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura mensal no dia do esgotamento do prazo;

7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.9. A classificação será estabelecida pela ordem crescente dos preços cotados, entre as licitantes que tiverem atendido às especificações do Edital e seus Anexos. Dessas, será declarada vencedora a licitante que oferecer o menor valor por grupo, conforme motivos explicados no **item 2.2 deste Termo de Referência**, observadas as seguintes condições:

7.9.1. A licitante não deverá apresentar proposta com valores inexequíveis sob pena de desclassificação sumária da proposta;

7.9.2. Para cada item, não serão aceitos preços superiores ao valor estimado de cada item;

7.9.3. Considerar-se-á preços inexequíveis aqueles em que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto licitado.

7.10. Com fulcro no decreto 10.024/2019 do Ministério da Economia, sugere-se o tipo de disputa **ABERTO** como forma de operação dos lances do pregão, com respaldo no inciso I do artigo 31, seguindo o artigo 32 e seus parágrafos. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances de 0,5%.

7.11. Em cumprimento ao **Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006**, opta-se pela abertura da disputa em **ampla concorrência**. Justifica-se a não reserva de cota para ME/EPP devido à especificidade técnica do objeto (análises laboratoriais de potabilidade), que exige infraestrutura e certificações que, conforme análise de mercado local, não são atendidas de forma competitiva por um número mínimo de três microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências do edital.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

8.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

8.1.2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando, formalmente por meio de documento escrito, à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

8.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

8.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de DOCUMENTO PESSOAL;

8.1.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

8.1.7. Comunicar por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Hospital;

8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Informar formalmente, no prazo máximo de um dia, após assinatura do contrato, o nome, contato telefônico e endereço de e-mail da pessoa designada (Preposto) para manter entendimentos com o Hospital;

8.1.10. Pagar todos e quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade empresarial ou sobre os serviços objeto deste Termo de Referência, bem como os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre seus empregados e/ou prepostos.

8.1.11. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados e/ou prepostos, direta ou indiretamente, cometerem nas dependências do Hospital e/ou Policlínica;

8.1.12. Assumir todos os custos decorrentes deste contrato especialmente os encargos sociais, impostos, taxas, etc., sejam eles fiscais, trabalhistas, previdenciários, de acidentes de trabalho ou indenizações de qualquer natureza devida aos seus empregados;

8.1.13. Prestar todos os esclarecimentos, sempre que solicitados pelo HU-Univasf, acerca das condições de execução dos serviços;

8.1.14. Dar garantia de qualidade da prestação de serviços contratada, durante e fora do período de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o HU-Univasf, e, na hipótese de serviço (s), executados em desacordo com a respectiva Contratação, deverão ser refeitos imediatamente, também, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;

8.1.15. Comprovar a prestação e conclusão dos serviços, mediante relatório mensal de serviços prestados e Certificado de Destinação, assinados pelo Responsável Técnico da Contratada e pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato designado pelo Hospital;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

8.1.18. Entregar nota fiscal juntamente com a declaração de inutilização de parte da empresa de onde foi dado o destino final (incineração e demais processos) de maneira ambientalmente correta;

8.1.19. Realizar o remanejamento dos produtos para embalagens adequadas com o objetivo de inutilização dos resíduos químicos;

8.1.20. Garantir a segurança dos técnicos que farão o recolhimento, apresentando os documentos de treinamento do pessoal para a atividade proposta e a relação dos equipamentos de proteção individual que serão utilizados;

8.1.21. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes do Contratado, tais como: mão de obra, transportes, entre outros;

8.1.22. Cumprir a legislação vigente sobre Segurança do Trabalho, em especial o que determina a Portaria Ministerial no 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, e suas alterações, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras.

8.1.23. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do

contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.1.24. A Garantia da execução do contrato e do pagamento estão na Minuta do Contrato.

8.1.25. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou à HU Brasil, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8.1.26. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.1.27. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.1.28. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. A CONTRATANTE deverá exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente(s) designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Manter vigentes e atualizadas todas as documentações, atestados, documentos de autorização, registros e anotações técnicas requeridas para a plena execução dos serviços requeridos no presente artefato.

9.4. Serão atribuídos pontos pelas ocorrências conforme dispõe o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deste Termo de Referência;

9.5. A CONTRATANTE deverá notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.6. O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento pelos serviços prestados conforme estabelecido neste contrato, com base na Nota Fiscal/Fatura e no relatório dos serviços executados no período apresentados pela CONTRATADA.

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.2. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender às exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razões técnicas ou econômicas, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

10.3. No caso em tela, a decisão de vedar a participação de empresas reunidas em consórcio é resultado de uma análise de mercado, realizada pela Equipe de Planejamento, que visualizou durante a realização da pesquisa de preços, a existência de diversas empresas singulares capazes de atender o edital. Portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas poderá comprometer a contratação de empresa com proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da HU Brasil à continuidade da contratação.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Contratante, que designará representantes para acompanhar a execução dos serviços, nos termos do art. 207 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0;

11.2. Serão designados representantes para acompanhar, fiscalizar e realizar a Gestão da execução do Contrato, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei 13.303 de 2016;

11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.5. A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que venha causar embaraço à fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

11.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

11.7. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

11.8. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, na Proposta, no Edital e no Contrato;

11.9. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, subitem i, ambos da IN nº 05/2017;

11.10. A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

11.10.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.10.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

11.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

11.13. A Fiscalização do Contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

11.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

11.15. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

11.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

11.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

11.18. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais;

11.19. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

11.20. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

11.21. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional.

12.2. Existirá conferências e vistorias com o objetivo de verificar se todos os serviços foram realizados de acordo com o que foi contratado;

12.3. Após a devida constatação de que os serviços foram entregues e aceitos em conformidade com o que estabelece este TERMO, o pagamento será efetivado, no mês subsequente ao da prestação, sendo creditado em conta corrente da empresa.

12.4. Os pagamentos serão variáveis e conforme utilização dos serviços objeto do Termo de Referência.

12.5. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE somente para a CONTRATADA, em conta corrente bancária de sua titularidade, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o ateste da documentação correspondente pelo Gestor da CONTRATANTE, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

12.6. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita anota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro indicador que venha substituí-lo.

13.2. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

13.3. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

13.4. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

13.5. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

14.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.1.2. **Multa de:**

14.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.1.2.4. 0,2% a 5,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.1.2.6. ampliar a multa em duas vezes o valor estabelecido, no caso de reincidência de infração. Decorridas 03 (três) Infrações Reincidentes Idênticas em um período contratual de 12 (doze) meses a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão de inexecução contratual.

14.1.2.7. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.**

14.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.2. As sanções previstas nos subitens 14.1.1 e 14.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.3. Pelo descumprimento de obrigações contratuais, a Administração adicionalmente se resguarda para aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes, sobre valor da parcela fixa mensal do Contrato:

Tabela 1 : Percentagem de multa

GRAU CORRESPONDÊNCIA

01	0,20% sobre o valor total do contrato
02	1,00% sobre o valor total do contrato
03	2,00% sobre o valor total do contrato
04	3,00% sobre o valor total do contrato
05	5,00% sobre o valor total do contrato

Tabela 2: Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	03	Por ocorrência
2	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato	04	Por ocorrência
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	02	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	05	Por ocorrência
5	Retirar do HUAB quaisquer materiais de consumo, previstos em Contrato, sem autorização prévia da fiscalização técnica	01	Por item e por ocorrência
6	Subcontratar quaisquer serviços sem autorização prévia da fiscalização do contrato	02	Por ocorrência
7	Deixar de aprovar junto aos fornecedores e em prazo superior a 2 dias úteis, quaisquer subcontratações ou aquisições de materiais de alto custo autorizados pela Fiscalização	03	Por ocorrência
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	03	Por item e por ocorrência
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	03	Por ocorrência
10	Deixar de empregar técnicas e processos adequados na execução do serviço	02	Por ocorrência
11	Deixar de instruir a necessidade de utilização de equipamentos de proteção individual ou de proteção coletiva	02	Por ocorrência
12	Deixar de participar de treinamentos internos, quando convocado, através de seu representante	01	Por ocorrência
13	Deixar de cumprir normativas da HU Brasil para correta destinação ambiental dos resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis	02	Por ocorrência
14	Deixar de preencher e/ou encaminhar Relatório de atividades realizadas pelos seus empregados, de acordo com as especificações e prazo exigidos no Termo de Referência	01	Por item e por ocorrência
15	Não zelar e/ou devolver os equipamentos e/ou bens fornecidos da CONTRATANTE.	02	Por ocorrência

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0. e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.5. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.7. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

14.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

14.12.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

14.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). Conforme Parágrafo Único do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0., quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

15.1. O valor estimado do presente procedimento licitatório será sigiloso, conforme determina o Art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.

15.2. Deverá ser cotado no Pregão o valor total do item, conforme a quantidade prevista no quadro do Item 2 deste Termo de Referência.

15.3. A quantidade é uma estimativa. Será pago à contratada somente a quantidade coleta, considerando o valor unitário de cada serviço.

16. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

SIM (X) NÃO ()

16.1. Considera-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente, com base em especificações usuais de mercado.

16.2. Decreto 10.024/2019 - Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

16.2.1. Decreto 10.024/2019 - § 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

16.3. Declaramos, para os devidos fins, que os bens/serviços a serem adquiridos são de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente, em especial da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024/2019.

17. REGISTRO DE PREÇOS

() SIM (X) NÃO

18. VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1. O prazo de Vigência Contratual será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, de acordo com o previsto no art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0. e de acordo com o que estabelece a Lei nº 13.303/2016.

18.2. Os serviços serão iniciados na data que será definida na Ordem de Serviço que será emitida pela Fiscalização após a assinatura do Contrato.

18.3. As demais condições referentes à Vigência Contratual encontram-se definidas no Contrato, Anexo do Edital do presente Pregão.

19. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

19.1. Conforme previsto no art. 50, inciso II, alínea c da IN 05 2017 do MPDG, a empresa deverá emitir a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

19.2. Durante a verificação da conformidade na entrega, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Indicador nº 1 - Conclusão tempestiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução no prazo pactuado
Meta a cumprir	O prazo de entrega do relatório máximo será de 15 (quinze) dias uteis, a contar a partir do momento da coleta das amostras
Instrumento de medição	Planilha
Forma de acompanhamento	Cronograma de Execução
Periodicidade	Após coletas
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega do relatório) - (data da coleta das amostras) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento
Início da vigência	Recebimento da Ordem de Serviço

Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega: 100% do valor contratado do mês b) Atraso de até 5 dias: 99% do valor contratado do mês c) Atraso entre 6 e 10 dias: 97 % do valor contratado do mês d) Atraso acima de 10 dias: 95% do valor contratado do mês
Sanções	O atraso acima de 5 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto. Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa

19.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

19.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

19.5. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.6. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

19.7. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

19.9. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o presente item.

19.10. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

19.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos nesse Termo de Referência, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão detalhada no Edital.

21. RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. A rescisão do contrato se dará:

I - De forma unilateral, assegurada a prévia defesa e mediante sinalização com 30 dias de antecedência;

II - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o HU-Univasf, filial HU Brasil, e para o contratado; e

III - Por determinação judicial.

§ 1º. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

III - O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

IV - A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;

V - Inobservância da vedação ao nepotismo;

VI - Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do HU-Univasf, filial HU Brasil, direta ou indiretamente.

§ 2º. A rescisão decorrente dos motivos acima elencados será efetivada após o regular processo administrativo.

§ 3º. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

22. SIGILO

22.1. A CONTRATADA deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

23. RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas na MINUTA DE CONTRATO.

24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

24.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Os serviços serão executados nos locais preestabelecidos nos subitens do item 2.13., definidos pela CONTRATANTE, conforme periodicidade disposta no Termo de Referência.

25.2. A CONTRATANTE reserva o direito de substituir os locais da prestação do serviço em razão da aquisição de novas edificações ou em atendimento ao Interesse Público da preservação de seu patrimônio.

25.3. No decorrer do prazo contratual, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência, feitas pela Fiscalização, não serão levadas em consideração as comunicações verbais.

25.4. Ressalvado o disposto no item anterior, todas as comunicações que envolvem a execução deste contrato deverão ser realizadas por escrito e entregues no protocolo da CONTRATANTE e/ou ao PREPOSTO DA CONTRATADA mediante protocolo ou qualquer outro meio que comprove o seu recebimento, conforme o caso.

25.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta apresentada, ou incorretamente cotados, serão considerados como incluídos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, devendo o serviço ser executado no Hospital e Policlínica sem ônus adicionais.

25.6. No caso de perdas e danos ou prejuízos de qualquer natureza, causados pela CONTRATADA ou por qualquer de seus empregados ou prepostos, ou ainda, por pessoa a ela vinculada, ficará a mesma responsabilizada pela reparação total da perda, dano ou prejuízo a que der causa, independentemente de ação civil ou criminal pertinente.

25.7. A empresa CONTRATADA deverá, sempre que solicitado pela Fiscalização, emitir relatórios gerenciais e informações específicas relativas ao objeto contratual, quanto à folha de pagamento, dispensas e contratações, e aquelas relacionadas aos demais cumprimentos das obrigações contratuais.

25.8. Após a assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá enviar cópia do Manual de Procedimentos Operacionais Padronizados (MPOP) com a descrição das atividades que serão realizadas no HU-Univasf e Policlínica para que a fiscalização possa acompanhar as conformidades referentes as análises de água.

26. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

26.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

27. DO FORRO

27.1. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência será a Seção Judiciária da Justiça Federal do município de Petrolina/PE.

28. ANEXOS

ENCARTE A

DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA (EM PAPEL TIMBRADO)

(nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____
(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____,
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF/MF nº _____, para fins, DECLARA, expressamente que que visitou as áreas do HU-Univasf, a fim de inspecionar as instalações e realizar vistoria técnica das áreas construídas e das áreas externas (estacionamentos e áreas livres), obtendo o conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, de acordo com o edital e anexos do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.

[Local], ____ de _____ de 2021

[Nome do Representante Legal - Cargo - RG - CPF]

ENCARTE B

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISTORIA (EM PAPEL TIMBRADO)

(nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins, DECLARA, expressamente que OPTOU por não realizar a vistoria ao local onde será prestado o serviço, a fim de inspecionar as instalações e realizar vistoria técnica das áreas construídas e das áreas externas (estacionamentos e áreas livres), e que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX.

[Local], ____ de _____ de 2021

[Nome do Representante Legal - Cargo - RG - CPF]

ENCARTE C

DESIGNAÇÃO DO (S) RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO (S) (EM PAPEL TIMBRADO)

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, designa como responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço referente ao **Pregão Eletrônico Nº ____**.

NOME DO RESPONSÁVEL	TÍTULO PROFISSIONAL	Nº DO REGISTRO

Concordância do (s) designado (s):

[Local], ____ de _____ de 2021

[Nome do Representante Legal - Cargo - RG - CPF]

ENCARTE D

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO

Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados número 13.709, de 14 de agosto de 2018

Através do presente instrumento, eu _____, inscrito no CPF sob número _____, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade do Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, em conformidade com as seguintes condições:

I - Reconheço que em razão da utilização das ferramentas tecnológicas/equipamentos médico-hospitalares disponibilizados pelo Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, poderei ter acesso a diversas informações pessoais, sensíveis, estratégicas, comerciais, entre outras - confidenciais ou não - armazenadas nos sistemas informatizados sob a responsabilidade do Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco;

II - Tenho ciência de que as credenciais de acesso (login e senha) à eventuais ferramentas tecnológicas/equipamentos médico-hospitalares são de uso pessoal e intrasferível e de conhecimento exclusivo. É de minha inteira responsabilidade todo e qualquer prejuízo causado pelo fornecimento de minha senha pessoal à terceiros, independente do motivo;

III - Reconheço que para os fins deste documento serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a:

a) Dados pessoais - qualquer informação que possa tornar uma pessoa física identificada ou identificável;

b) Dados sensíveis - Qualquer dado pessoal que diga respeito a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;

c) Técnicas, design, especificações, desenhos, cópias, modelos, fluxogramas, croquis, fotografias, software, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, tabelas, projetos, nomes de clientes, resultados de pesquisas, invenções e ideias, financeiras, comerciais, dentre outros.

IV - Comprometo-me a não utilizar qualquer informação à qual tenha acesso, classificada como confidencial ou não, para fins diversos daqueles para os quais tive autorização de acesso;

V - Estou ciente que, é proibida a cópia, de qualquer informação para dispositivos estranhos à estrutura do Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, bem como a divulgação e compartilhamento, exceto se a referida ação, seja estritamente necessária para a prestação dos serviços contratados, devendo ser realizada com a maior segurança possível e com expressa e prévia autorização do representante legal do Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco;

VI - O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente ao Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço;

VII - Reconheço que os prejuízos causados por mim ao Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, em razão da quebra de confidencialidade, disponibilidade ou integridade das informações às quais tenho acesso, poderão ser reclamados, judicial ou extrajudicialmente e, caso caracterizada qualquer infração penal, poderei ser pessoalmente responsabilizado;

VIII - Reconheço que meus dados pessoais utilizados para acesso aos sistemas disponibilizados pelo Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, serão conservados durante o tempo que estiver vigente a relação contratual com o Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco no qual estou vinculado e após esta finalizar, durante os períodos de retenção de dados legalmente exigíveis, de forma estritamente necessária, tais como, mas não se limitando, pelos prazos prescricionais para ajuizamento de ação penal ou civil, assim como para o exercício do direito de defesa em processo judicial de qualquer natureza ou para outra finalidade por período não excessivo adotado pelo Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, garantida a transparência, confidencialidade, integridade e disponibilidade das minhas informações pessoais, bem como o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 ("LGPD") na vigência da relação contratual assim como após o término da referida relação;

IX - O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto da relação contratual com o Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal Vale do São Francisco, a observância do presente Termo de Confidencialidade e Não Divulgação, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

X - Reconheço, neste ato, ter lido, compreendido e sanado todas as dúvidas sobre o Termo de Confidencialidade e Não Divulgação.

[Local], __ de _____ de 2021

[Nome do Representante Legal - Cargo - RG - CPF]

ANEXO I - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;

d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;

e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;

g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

[Local], ____ de _____ de 2021

[Nome do Representante Legal - Cargo - RG - CPF]

ANEXO II - ORDEM DE SERVIÇOS

Processo nº XXX

IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:

Data de Emissão:

Emergencial: () Sim () Não

Área Requisitante da Solução:

Nome do Projeto:

Contratada:

Contrato nº:

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES

Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	PREÇO ANUAL
----	-------------------	---------	------------	-------------

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES VALOR TOTAL

Conforme Termo de Referência.

CRONOGRAMA

A empresa deverá apresentar cronograma de manutenção preventiva e agendar visita inicial.

DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:

Prazo Total do Contrato:

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Gizele Moreira Cruz, Assistente Administrativo**, em 05/05/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Edilson dos Santos Junior, Chefe de Setor**, em 05/05/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Ribeiro dos Santos, Assistente Administrativo**, em 05/05/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Rivellino Almeida De Miranda, Gerente**, em 05/05/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **60532107** e o código CRC **61474141**.

Referência: Processo nº 23542.005946/2026-88 SEI nº 60532107